

# Comércio Exterior e Dilemas de Política Pública na Economia do Nordeste: um Tema Persistente na REN

## RESUMO

---

Apresenta uma síntese do movimento do comércio exterior da região Nordeste do Brasil no período 1991 a 2008. Este período é dividido em duas fases: do início da abertura da economia brasileira, nos anos 1990, e a partir do ano 2000. A periodização adotada permite comparação entre duas décadas e a captação da difícil e demorada inserção do Nordeste pós-abertura, sua efetivação e seus principais resultados. Os resultados sustentam que a Região, nos anos 2000, ainda continua pouco aberta ao comércio externo e as vendas permanecem concentradas em setores tradicionais na pauta, intensivos em recursos naturais, em energia e de baixo conteúdo tecnológico. Ocorreu mudança quantitativa na pauta exportadora e nas posições relativas entre os setores, consequência do comportamento da demanda de parceiros comerciais como Estados Unidos e China. As exportações dos estados nordestinos revelam simplesmente suas especificidades em recursos naturais e mão-de-obra barata ou foram criadas por via de política pública. Portanto, qualquer estímulo oriundo seja de preço internacional, de demanda ou de incentivo fiscal que venha a alavancar as vendas para o setor externo resulta forçosamente em uma mudança de importância dos setores ou mesmo em uma queda da concentração.

## PALAVRAS-CHAVE:

---

Comércio Externo. Brasil. Região Nordeste.

### Ana Maria Fontenele

- Doutora em Economia pela Universidade de São Paulo;
- Professora e Pesquisadora do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias da Universidade Federal do Ceará;
- Membro do Grupo de Pesquisa Região, Indústria e Competitividade (RIC) da Universidade Federal do Ceará.

### Maria Cristina Pereira de Melo

- Doutora em Economia pela Universidade de Paris;
- Professora e Pesquisadora do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias da Universidade Federal do Ceará;
- Membro do Grupo de Pesquisa Região, Indústria e Competitividade (RIC) da Universidade Federal do Ceará.

## 1 – INTRODUÇÃO

De seu lançamento até hoje, a Revista Econômica do Nordeste (REN) tem registrado inúmeros artigos tratando de comércio internacional, abertura econômica e suas relações com o crescimento. Ensaios, resenhas, resumos, registros de pesquisas. Por estes perpassaram também incontáveis hipóteses, teses, conclusões acerca das mais complexas questões e relações que o tema suscita. Como não poderia deixar de ser, pelo índice remissivo da REN, pode-se refazer parte da história das ideias que direcionaram as investigações sobre esse tema. Da crise do pensamento keynesiano do final dos anos 1960, do final do padrão divisas ouro, das economias embarceiradas pelas diferentes formas dos diversos protecionismos, das recessões, dos processos inflacionários, passou-se para a aparente, difícil e demorada integração a uma economia “globalizada”. Nesta, os estudos passam a se direcionar para os determinantes da competitividade em suas várias dimensões e conceitos quase sempre ligados à sempre bem-vinda “competição” dos mercados das economias e das ideias capitalistas. Neste contexto, passeiam as metodologias determinando e acompanhando a evolução da sofisticação do registro, do tratamento e da informação de dados.

Como resultado para o Nordeste, às vezes, assinalava-se uma provável “saída” pelo comércio “aproveitando” a abertura, algumas vezes, apenas a explicação de seus resultados e, em outras, a constatação de outro tipo de embarceiramento, aquele produzido pela própria pobreza da região. No entanto, sempre presente a questão: o que fazer? Tem sentido uma política de comércio exterior para a região?

Em estudos anteriores, na própria REN, apontou-se para a trajetória dos resultados revelados pelo comércio e, baseados nestes, sugeriam-se setores competitivos ou que poderiam vir a sê-lo. Em outros, a constatação das dificuldades de se inserir internacionalmente em circunstâncias em que a demanda mundial, fortemente direcionada por economias já desenvolvidas, produzia um processo de abertura claramente assimétrico. Como se a região tivesse que se integrar a qualquer custo, investigavam-se, então, as condições sistêmicas. Dessa maneira, por vezes, foram

identificadas oportunidades perdidas. E outra vez, novas sugestões de políticas para “aproveitá-las”.

Nesta busca, por inúmeras ocasiões, exatamente as condições sistêmicas eram indicadas como fortes limitadoras da integração e, talvez por isso, ao serem mencionadas as prováveis políticas, parecia que, na verdade, se concluía pela dificuldade de se desenhar – e portanto alcançar – o tão desejado círculo virtuoso, ou seja, a abertura revelando setores que, ao serem estimulados, induziriam o crescimento que estimularia setores e assim por diante.

Em artigo de Fontenele e Melo (2003, p. 54), constatava-se a demora:

Como parte dos resultados em nível nacional, o comércio exterior da Região Nordeste pouco se modificou a partir de 1997. No geral, a pauta de principais produtos manteve as mesmas especificações, registrando fortes especializações regionais [...]

Em 2001, Fontenele e Melo (2003, p. 385) já colocavam que,

Considerando os limites impostos pelas políticas horizontais expostas pela administração das variáveis macroeconômicas, acreditamos que a manutenção ou criação de novos setores competitivos na Região somente será possível por meio da associação de estratégias estaduais estilizadas, levando em conta as características específicas dos Estados nordestinos, mais precisamente no que se refere a estratégias industriais, de investimentos públicos e de assistência que possam alavancar as condições sociais da Região com melhoria de qualidade dos gastos públicos.

Essas conclusões induziam que a associação de estratégias poderia criar uma sinergia de modo a relaxar os limites sistêmicos e, assim, fazer surgir um novo ambiente que possibilitasse uma relação positiva entre comércio e crescimento e, quem sabe, forçar uma nova trajetória para o Nordeste diferente daquela traçada por sua história até aquele momento.

Galvão (2007), em sua importante sintetização no artigo “45 Anos de Comércio Exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004”, também na REN, registra o mau desempenho nordestino e desenha com os dados o processo experimentado pela Região no período citado. Analisando os resultados da série, sentenciava afirmando

que se o Nordeste fosse um país, as “medidas para o seu grau de abertura o colocariam como uma das economias mais fechadas de todo o mundo.” (GALVÃO, 2007, p. 18).

O Galvão (2007) explica os resultados de comércio exterior pelo processo de introversão ocorrido na economia brasileira, decorrentes das políticas anteriores ligadas ao modelo de industrialização baseado na substituição de importações. A limitação do aparelho produtivo da região Nordeste por si só já impunha o limitado grau de abertura ao se olhar também pelo prisma das importações:

[...] o Nordeste só comprava do exterior estritamente o que não era produzido no país – por força, obviamente, das elevadas barreiras tarifárias e do cumprimento rigoroso da Lei dos Similares, que vedava [...] a aquisição de bens de consumo, de matérias primas e de máquinas e equipamentos que tivessem produção similar em alguma outra região do país. (GALVÃO, 2007, p. 21).

Este é um forte registro das razões do processo de introversão: o Nordeste adquiria de outras áreas da nação as “importações” necessárias para atender o dispêndio em bens não-produzidos pela própria região.

Ao se comparar o Nordeste com as demais macrorregiões geográficas em qualquer dos períodos explorados pelo autor, nota-se que esta foi sem dúvida a região de pior desempenho, vista pelo lado do crescimento das exportações, mas as décadas de 1980 e 1990 foram aquelas que registraram as piores *performances*. Daí, apenas a partir do ano de 2002, a Região, assim como o país, parece reverter e expor *performances* favoráveis.

Hoje, como consequência de políticas sociais em nível nacional, como o programa Bolsa Família, a região Nordeste parecia registrar não um círculo, mas, sim, momentos virtuosos especificamente revelados pela inclusão de milhares de famílias no consumo nacional, ao se descolarem da linha de pobreza. Enquanto isso, o movimento dos setores exportadores nordestinos continuava revelando o de sempre: resultados de políticas de incentivo, resultados do crescimento da economia chinesa, resultados dos aumentos dos preços internacionais, resultados da demanda externa como um todo. Com uma crise mundial que inverte grande parte do conhecimento de fronteira

em economia, principalmente quando se trata de concorrência e abertura, pergunta-se: e, agora, o que fazer? O comércio exterior do Nordeste para onde vai? Sem consequências, dada a pouca importância para o comércio em nível mundial? Como se dará a adaptação à propagada recessão técnica?

Tendo estas indagações como horizonte, objetiva-se neste trabalho apresentar uma síntese do movimento do comércio exterior da região Nordeste do Brasil e, a partir dele, com o cenário dos limitantes de “recessões técnicas” em alguns dos principais países de destino, novamente traçar algumas sugestões de políticas. Tratar-se-á com um período relativamente longo: 1991 a 2008, que será dividido em duas fases: do início da abertura até o final dos anos 1990 e, uma segunda, a partir do ano 2000. Além do significado da comparação entre duas décadas (última metade da vida da REN), esta periodização se explica por se poder captar a difícil e demorada inserção do Nordeste pós-abertura da economia brasileira, sua efetivação e principais resultados dela. No segundo período, a análise será direcionada mais precisamente para as características da demanda mundial, associando-as à capacidade de oferta da economia nordestina. Na seção final, aponta-se para algumas perspectivas.

## **2 – ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA: ACOMODAÇÃO E IMPACTOS NAS TRANSAÇÕES EXTERNAS NORDESTINAS NOS ANOS 1990**

O perfil da estrutura produtiva brasileira e do comércio exterior do país sempre esteve relacionado à dificuldade estrutural de se realizarem superávits na balança comercial; daí, ser comum na literatura econômica brasileira tratar-se das dificuldades do equilíbrio no balanço de pagamentos. Aliado a isso, o desempenho tecnológico das empresas brasileiras explica, em grande medida, o perfil da pauta de exportação. Constata-se forte concentração das exportações em produtos cuja intensidade em energia, em trabalho e em recursos naturais é expressiva, contrariamente ao verificado na pauta de importações cujo volume maior incide em produtos que usam intensivamente insumos tecnológicos.

O comportamento do setor externo brasileiro está intrinsecamente ligado às políticas macro que determinaram o movimento do crescimento da indústria. Foi assim que a substituição de importações escolhida para programar o crescimento da indústria nacional impôs a própria estagnação do comércio externo. Portanto, mesmo antes da onda internacional para responder ao processo de “globalização”, as demais economias do mundo já se inseriam no comércio externo; daí, a redução da participação das exportações brasileira no total do mundo.

Essas características obviamente se reproduzem de forma muito mais forte para a região Nordeste. É assim que, ao se considerarem os gastos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) como proporção da produção e do valor adicionado em cada setor (OCDE, 2009), têm-se, como resultado de comércio, saldos comerciais sempre negativos relativos a produtos de *alta* intensidade tecnológica e positivos para produtos de *baixa* intensidade. De seu lado, a participação das importações de produtos de média-alta intensidade tecnológica permaneceu estável ao longo do mesmo período. (Tabela 1).

De uma forma geral, também se constata que a competitividade da economia brasileira está assentada

.basicamente em produtos intermediários, em produtos originários do agronegócio ou em produtos com processo produtivo intensivo em mão-de-obra. No que se refere ao comércio exterior associado à atividade manufatureira, o Brasil, nos anos 1990, apresentou particularidade importante em relação ao resto do mundo: a participação das exportações dessa categoria de produtos aumentou de maneira significativa na pauta geral. Esse fato foi determinado pelo desempenho revelado fundamentalmente pelos setores automobilístico e de aeronaves. Já no Nordeste, como se pode observar na Tabela 2, as exportações de produtos industrializados perdem participação no mesmo período, com comportamento inverso para as importações.

Observando apenas estes dados, já é possível induzir que o processo de abertura ao comércio exterior iniciado nos anos 1990 provocou resultados diferenciados nas diversas regiões do país e em cada estado em particular. O ritmo e a intensidade desses impactos estão diretamente relacionados com as especificidades dos aparelhos produtivos locais e a forma de inserção internacional de cada espaço econômico. Na ausência de políticas regionais, a inserção se deu como resultado da trajetória do

**Tabela 1 – Nordeste: Saldo segundo Intensidade Tecnológica (1991-1999)  
(US\$1000)**

Anos	Intensidade Tecnológica				
	Alta	Média-Alta	Média-Baixa	Baixa	Sem Definição
1991	-18.126	23.750	561.613	705.756	-14
1992	-2.292	94.575	658.775	906.575	122
1993	-4.350	69.236	431.533	539.484	280
1994	-5.260	-99.320	585.536	507.674	-71
1995	-4.144	-123.268	256.092	486.143	-2.139
1996	-1.248	-279.902	-210.664	146.024	-1.785
1997	-25.236	-379.947	-449.114	550.631	-1.759
1998	-6.249	-469.059	-347.308	711.487	-1.137
1999	-22.052	-340.733	-395.217	545.606	-733,574

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

**Tabela 2 – Nordeste: Exportações e Importações segundo Fator Agregado (1992-1999) (Participação)**

Anos	Exportações				Importações			
	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanuf (A)	Manuf(B)	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanuf (A)	Manuf(B)
1992	0,1464	0,8536	0,3678	0,4858	0,3163	0,6837	0,0307	0,6530
1993	0,1566	0,8434	0,3929	0,4505	0,3680	0,6320	0,0282	0,6038
1994	0,1509	0,8491	0,3921	0,4570	0,3370	0,6630	0,0318	0,6312
1995	0,1104	0,8896	0,4529	0,4368	0,3168	0,6832	0,0269	0,6564
1996	0,1426	0,8574	0,4104	0,4469	0,3171	0,6829	0,0172	0,6657
1997	0,1469	0,8531	0,4284	0,4246	0,2768	0,7232	0,0163	0,7069
1998	0,1674	0,8326	0,3991	0,4336	0,2980	0,7020	0,0310	0,6710
1999	0,1647	0,8353	0,3995	0,4358	0,2819	0,7181	0,0263	0,6918

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

estado ou região e os efeitos acompanharam as decisões de iniciativas próprias dos vários estados da federação. Com a condução das principais variáveis macroeconômicas determinadas em nível nacional, os determinantes e os resultados da concorrência estavam quase sempre ligados às vantagens comparativas ou às políticas de atração de investimentos e frequentemente associadas às condições sistêmicas que, no Nordeste, apontavam para fatores espúrios de competitividade.

Apresentam-se a seguir os principais resultados registrados no período para a região Nordeste.

## 2.1 – O Comércio

Por quaisquer das razões apontadas, o comércio exterior do Nordeste reagiu pouco ao processo de abertura comercial da economia brasileira na década de 1990. A participação relativa do comércio exterior nordestino no comércio exterior brasileiro, bem como do PIB nordestino no PIB brasileiro, não oscilaram de maneira significativa. As exportações regionais corresponderam a 9% das exportações totais do Brasil em 1991, chegando a 7% no final do período; de seu lado, as compras externas apresentam a mesma proporção das duas pontas do período, ou seja, 7%. (Tabela 3).

**Tabela 3 – Nordeste: Participação das Exportações e Importações no Total para o Brasil (1991-1999)**

Anos	$X_{NE}/X_{br}$	$M_{NE}/M_{br}$
1991	0,0904	0,0749
1992	0,0848	0,0669
1993	0,0781	0,0769
1994	0,0701	0,0763
1995	0,0912	0,0717
1996	0,0807	0,0778
1997	0,0747	0,0669
1998	0,0727	0,0657
1999	0,0699	0,0716

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

O saldo da balança comercial regional na referida década apresentou movimento declinante a partir de 1992 acompanhando a mesma tendência registrada pela balança brasileira. O Nordeste experimentou saldo negativo já em 1996, resultado este que se manteve até o final do período, apesar de ter havido movimento

em direção à redução do déficit comercial em 1997. De fato, o saldo da balança comercial nordestina decresceu a ponto de reduzir sua participação no volume de comércio mundial da Região em 70% no período 1991-1995, chegando em 1999 a -0,03 do total de exportações e importações. Na verdade, este comportamento reflete também os resultados para o Brasil, cujo indicador decresceu de um valor de 0,20 em 1991 para -0,01 em 1999. (Tabela 4). Esta fase da inserção externa se deu, então, por via das importações, refletindo a valorização da moeda local como um dos principais pilares da política de estabilização circunscrita no Plano Real.

**Tabela 4 – Brasil, Nordeste: Saldo da Balança Comercial (1991-1999) (em US\$ 1000)**

Anos	SBC ne	SBC BR	SBCne/X+M	SBCbr/X+M
1991	1.291.173	10.578.794	0,29	0,20
1992	1.665.215	15.239.895	0,38	0,27
1993	1.047.428	13.298.768	0,20	0,20
1994	1.047.389	10.466.459	0,16	0,11
1995	636.216	(3.465.614)	0,09	-0,03
1996	(315.420)	(5.599.039)	-0,04	-0,05
1997	(268.239)	(6.752.887)	-0,02	-0,07
1998	(79.974)	(6.623.614)	-0,01	-0,06
1999	(172.055)	(1.283.195)	-0,03	-0,01

**Fonte:** Elaboração própria das autoras baseada nos dados de Brasil (2009).

## 2.2 – Medindo o Grau de Abertura

O grau de abertura pode ser visualizado em dois formatos: pelo coeficiente de importação e pelo grau de abertura propriamente dito, ou seja, a participação do total do comércio exterior no Produto Interno Bruto.

O coeficiente de importação ( $m$  = participação das importações na oferta global) da região Nordeste situou-se em torno de 50% do valor do mesmo coeficiente para o Brasil durante todo o período considerado. Isso pode ser evidenciado pela participação do Nordeste nas importações brasileiras,

da ordem de 7%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) nordestino representava 15% do brasileiro, expondo um menor grau de abertura da economia nordestina relativo ao país quando está em foco a importação.

Quanto ao coeficiente de importação dos estados da Região, há que se destacar o comportamento do Ceará e do Maranhão, onde foram registrados aumentos de mais de 100% no indicador no período 1991-1999. Por outro lado, o Estado de Alagoas apresentou redução considerável desse coeficiente. O Estado do Rio Grande do Norte revelou aumento significativo do coeficiente, mas suas importações, em 1999, representaram apenas 0,5% da oferta global do Estado, enquanto, para a Região como um todo neste mesmo ano, as importações já representavam 4% da oferta global regional. (Tabela 5).

A participação do comércio mundial nordestino no PIB da Região nesse período apenas expunha o já esperado, ou seja, que o Nordeste era bem menos aberto que o país. A participação do comércio mundial no PIB (GA) nordestino situava-se, em todo o período, em torno de 50% do mesmo indicador para o Brasil. No entanto, havia forte variação do grau de abertura entre os estados. No período 1991-1999, os estados do Maranhão e da Bahia apresentaram um GA bem superior ao da região Nordeste. Deve-se salientar que, para o Estado do Maranhão, este resultado era explicado por uma participação de 7% no PIB regional em 1999, enquanto suas exportações representaram, naquele ano, 17% das exportações da Região. Destaque também deve ser feito para o Estado da Bahia, que participava com 33% do PIB regional e com 47% das exportações e 41% das importações da Região. O PIB do Estado de Alagoas representava 5% do PIB regional, 7% das exportações nordestinas e apenas 2% das importações.

Pernambuco e Ceará apresentaram crescimento desse indicador. O primeiro destacou-se com aumento de 8%, acréscimo de mais de 100% no valor de seu comércio mundial entre 1991-1999. Já para o Ceará, o GA situava-se abaixo do coeficiente para a Região como um todo, mas apresentou um aumento de 76% no período citado, enquanto o seu comércio mundial dobrou de valor.

**Tabela 5 – Brasil, Nordeste e Estados: Coeficiente de Importação (M) e Grau de Abertura (GA)**

Estados	1991		1997		1999	
	m	GA	m	GA	m	GA
Alagoas	0,0230	0,0991	0,0185	0,0681	0,0152	0,0734
Bahia	0,0342	0,1003	0,0389	0,0886	0,0548	0,1204
Ceará	0,0168	0,0455	0,0312	0,0502	0,0465	0,0803
Maranhão	0,0382	0,1249	0,0354	0,1000	0,0714	0,2158
Paraíba	0,0137	0,0283	0,0190	0,0306	0,0261	0,0399
Pernambuco	0,0275	0,0591	0,0404	0,0598	0,0448	0,0638
Piauí	0,0026	0,0171	0,0177	0,0300	0,0045	0,0217
Rio G. do Norte	0,0016	0,0211	0,0156	0,0268	0,0179	0,0433
Sergipe	0,0066	0,0170	0,0213	0,0304	0,0288	0,0364
Nordeste	0,0244	0,0703	0,0318	0,0649	0,0438	0,0894
Brasil	0,0517	0,1364	0,0712	0,1439	0,0774	0,1658

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada em Brasil (2009); IBGE (2009) e Fontenele e Melo (2005).

### 2.3 – A Taxa de Cobertura das Importações Nordestinas

A taxa simples de cobertura das importações nordestinas (X/M), ao longo da década de 1990, apresentou redução de 48%, decorrendo de aumento das importações de cerca de 150% no período, enquanto as exportações expandiram-se em apenas 17%. Deve-se ressaltar, no entanto, que

a taxa de cobertura das importações regionais, quando relativa ao Brasil, permaneceu estável nesse período, apresentando aumento em torno de 5%, com valor maior que a unidade em todo o período considerado. (Tabela 6).

Ao se fazer uma análise em nível de cada Estado, comportamentos bastante diferenciados são observados, expondo as próprias disparidades entre estes no que diz

**Tabela 6 – Nordeste: Taxa Simples de Cobertura das Importações (1991-1999)**

Estados	1991	1992	1993	1994	1995	1997	1996	1998	1999
Alagoas	3,21	4,37	2,97	2,71	4,21	2,56	1,56	3,53	3,73
Bahia	1,83	2,57	2,05	1,97	1,38	1,17	1,26	1,22	1,80
Ceará	1,66	1,27	0,71	0,61	0,54	0,56	0,47	0,58	0,65
Maranhão	2,14	2,88	2,82	2,91	2,83	1,73	1,64	2,01	1,81
Paraíba	1,03	0,95	0,69	0,59	0,40	0,53	0,56	0,35	0,49
Pernambuco	1,09	1,39	0,74	0,58	0,65	0,42	0,42	0,40	0,36
Piauí	5,54	6,45	10,10	10,72	12,88	1,28	1,27	2,20	3,84
Rio G. Norte	12,08	6,56	4,86	2,61	2,29	0,71	0,93	1,15	1,37
Sergipe	1,58	3,11	0,74	8,26	0,92	0,38	0,40	0,29	0,23
Nordeste	1,81	2,22	1,53	1,38	1,19	0,96	0,92	0,98	0,95

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

respeito à taxa de cobertura das importações relativa ao Nordeste (Xest/Mest):(Xne/Mne).

Dentre os estados da Região, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia apresentaram taxas de cobertura relativa ao Nordeste superiores à unidade durante o período em questão; contudo, apenas os estados da Bahia e Maranhão revelaram comportamentos estáveis no que se refere a esse indicador. É importante salientar que o Maranhão apresentou crescimento ano a ano no período, totalizando 100%, enquanto o Estado da Bahia exprimiu crescimento de 15% nesse intervalo de tempo.

Os estados do Piauí (3,1) e Rio Grande do Norte (6,7), que possuíam as maiores taxas de cobertura em 1991, apresentaram trajetórias completamente diferentes quando comparados a 1995. O primeiro mostrou trajetória vertiginosamente ascendente desse indicador, que cresceu 3,5 vezes. O segundo expôs redução drástica (94,5%) entre 1991 e 1993, agravando-se ainda mais até 1995, com redução, entre 1993 e 1995, de 43%.

A taxa de cobertura relativa das importações para o Estado de Alagoas cresceu de forma estável até 1994 (1,96) e aumentou 80% de 1994 para 1995, oscilando nos anos subsequentes.

Para Ceará, Paraíba e Pernambuco, a taxa de

cobertura relativa das importações foi inferior à unidade em 1995. Ceará e Pernambuco apresentaram redução de 27% e 37%, respectivamente, no valor desse indicador nos dois extremos da década, lembrando que o segundo possuía o menor indicador de taxa de cobertura relativa entre os estados da Região em 1994. O Estado da Bahia era o quarto lugar no *ranking* de Taxa de Cobertura das Importações (TCM) em 1999 e o Piauí, o primeiro. Esse resultado expressou a incapacidade de importação da economia piauiense e foi referendado pelo mais baixo coeficiente de importação da Região. (Tabela 7). Os estados que mais contribuíram positivamente para o saldo da balança comercial regional na década de 1990 foram Maranhão, Alagoas e Bahia.

Em resumo, esse conjunto de indicadores apenas mostra a tradicional posição dos estados no Nordeste. Bahia e Maranhão como tradicionais estados abertos ao exterior, expressão de seus aparelhos produtivos locais. Na Bahia, o pólo petroquímico naturalmente comandou o comércio, e o Maranhão como escoador (principalmente de minérios) e receptor da região Norte. As importações da Região como um todo dizem respeito a esses movimentos dos estados. Até uma taxa de cobertura mais alta (como para Piauí e Alagoas, por exemplo) ao invés de ser vista como um resultado positivo de comércio, apenas expressa o pouco dinamismo destas economias ou simplesmente seus graus de pobreza.

**Tabela 7 – Taxa de Cobertura das Importações dos Estados da Região Nordeste (1991-1999)**

Estados	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alagoas	1,77	1,97	1,94	1,96	3,54	2,67	1,70	3,60	3,93
Bahia	1,01	1,16	1,34	1,43	1,16	1,22	1,37	1,24	1,89
Ceará	0,92	0,57	0,46	0,44	0,45	0,58	0,51	0,59	0,68
Maranhão	1,18	1,30	1,84	2,11	2,38	1,80	1,78	2,05	1,91
Paraíba	0,57	0,43	0,45	0,43	0,34	0,55	0,61	0,36	0,52
Pernambuco	0,60	0,63	0,48	0,42	0,55	0,44	0,46	0,41	0,38
Piauí	3,06	2,91	6,60	7,77	10,82	1,33	1,38	2,24	4,04
Rio G. Norte	6,67	2,95	3,18	1,89	1,92	0,74	1,01	1,17	1,44
Sergipe	0,87	1,40	0,48	5,99	0,77	0,40	0,43	0,30	0,24

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

## 2.4 – Participação do Comércio Mundial

As transações internacionais da região Nordeste tiveram participação estável, entre 7% e 8%, no comércio mundial do Brasil entre 1991 e 1999, referendando a estabilidade na participação do comércio mundial no PIB da Região nesse período. Esse comportamento refletiu-se na maioria dos estados da Região, com exceção do Estado do Ceará, que apresentou aumento de 40%, e Alagoas, que apresentou redução para a metade neste indicador. (Tabelas 8 e 9).

**Tabela 8 – Nordeste: Participação no Comércio Mundial Brasileiro (1991-1999)**

Anos	MS(ne/br)
1991	0,0841
1992	0,0779
1993	0,0776
1994	0,0774
1995	0,0809
1996	0,0792
1997	0,0706
1998	0,0690
1999	0,0707

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

O Estado da Bahia possuía, em 1999, a maior participação no comércio mundial dentre os estados do Nordeste, seguido do Maranhão, Pernambuco e Ceará. Vale salientar que estes quatro estados apresentaram também os maiores coeficientes de importação da Região exatamente por se constituírem nos estados menos pobres desse conjunto, com exceção do Maranhão, lembrando que o Ceará e Pernambuco possuíam taxas de cobertura de suas importações menores que um. Analisando ainda esses três estados, evidencia-se que o indicador para a Bahia situava-se em torno de 45%, durante todo o período, enquanto o Ceará cresceu 40%, passando de 9,8% em 1991 para 13,7% em 1999. Já o Estado de Pernambuco manteve esse indicador em 14,6% nas duas pontas do período.

O Estado do Maranhão detinha a segunda maior participação no comércio mundial do Nordeste em 1999. No entanto, esse valor (15%) representava 94% desse coeficiente para 1991; mesmo assim, ainda mantinha a posição no *ranking* de 1991 para 1999. O Estado de Alagoas foi o quinto na ordenação aqui mostrada, do início ao fim do período.

Os demais estados (Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe) mantiveram as mesmas posições no decorrer do decênio, com exceção do último ano, quando os dois primeiros alternaram a posição. Desse conjunto, destaca-se o Estado de Sergipe, que ganhou 78%.

**Tabela 9 – Participação do Comércio Mundial dos Estados no Comércio Mundial do Nordeste (1991-1999)**

Estados	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alagoas	0,0805	0,0679	0,0634	0,0547	0,0743	0,0592	0,0622	0,0466	0,0413
Bahia	0,4535	0,4704	0,4332	0,4301	0,4240	0,4122	0,4511	0,4148	0,4432
Ceará	0,0978	0,1230	0,1333	0,1459	0,1293	0,1488	0,1347	0,1197	0,1373
Maranhão	0,1576	0,1307	0,1252	0,1281	0,1165	0,1368	0,1507	0,1186	0,1496
Paraíba	0,0249	0,0276	0,0345	0,0374	0,0385	0,0359	0,0393	0,0259	0,0278
Pernambuco	0,1457	0,1373	0,1646	0,1678	0,1876	0,1444	0,1638	0,1592	0,1455
Piauí	0,0107	0,0104	0,0142	0,0097	0,0093	0,0139	0,0144	0,0107	0,0090
Rio Grande do Norte	0,0196	0,0190	0,0196	0,0199	0,0146	0,0245	0,0285	0,0237	0,0290
Sergipe	0,0097	0,0136	0,0120	0,0063	0,0060	0,0243	0,0214	0,0175	0,0173

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

## 2.5 – O Desempenho Revelado pelo Comércio: Especificidades Estaduais

O comércio externo da região Nordeste, nos anos 1990, caracterizou-se por uma pauta exportadora composta de produtos com forte especialização com relação ao país, situação essa que também se reflete no âmbito dos estados, relativamente à Região. No período pós-abertura comercial vale salientar que o Nordeste revelou forte presença de setores exportadores que já eram tradicionais na pauta. Em 1997, a pauta exportadora regional tinha como setores de maior peso os de alumínio, açúcares, produtos químicos orgânicos, ferro fundido e frutas, que, juntos, totalizam cerca de 50% do valor total das vendas externas.

Os setores que se destacaram por sua participação na pauta regional ou pelo crescimento de suas exportações no período foram responsáveis por mais de 90% das exportações nordestinas; no entanto, suas importâncias bem como suas incidências variaram de acordo com os estados da Região. A especificidade regional era tão forte que bastava observar que alguns desses setores estavam presentes na maioria dos estados, como, por exemplo: frutos comestíveis, casca de frutas etc. (em oito estados); peles e couros, gorduras, óleos e ceras (em sete); têxteis metalizados, preparados de legumes, hortaliças e frutas (em seis); produtos químicos orgânicos, açúcares e produtos de confeitaria, matérias plásticas artificiais etc., peixes, crustáceos e moluscos (em cinco estados).

Tudo levaria a crer na possibilidade de políticas de coordenação regional; apontava-se então como possível o que não aconteceu: políticas de cunho regional para estes setores e liberdade aos estados para suas próprias especificidades em nível de produto.

## 3 – A REGIÃO NORDESTE DIANTE DA EXPANSÃO DO COMÉRCIO EXTERNO BRASILEIRO NOS ANOS 2000: O PODER DOS DESTINOS

O bom desempenho das economias emergentes nos últimos anos esteve atrelado, em grande parte, ao ambiente internacional extremamente favorável. O crescimento mundial adicionado ao aumento dos preços das *commodities* refletiu em aumento

da demanda por exportações dos países em desenvolvimento.

O saldo positivo da balança comercial brasileira apresentou trajetória ascendente desde 2001. O Brasil registrou até 2008, sobretudo no que se refere às exportações, trajetória ascendente no volume de comércio externo; as vendas ao exterior cresceram anualmente 22%, percentual muito acima da média mundial. De seu lado, as importações brasileiras aumentaram anualmente 25% nesse período, fazendo com que o volume de comércio brasileiro chegasse a registrar níveis históricos no ano de 2008.

Neste contexto, o saldo da balança comercial do Nordeste, no período 2000-2003, acompanhava, em certa medida, o movimento verificado para o país, ou seja, havia ocorrência de valores negativos a partir da segunda metade da década de 1990, que, todavia, se conservaram até 2002. No entanto, este déficit oscilou bastante e, em 2003, o resultado da balança regional passou a ser positivo, superando aquele do início do período em 8%. Essa mudança de trajetória do saldo era explicada, em parte, pelo aumento das exportações do conjunto dos produtos (básicos e industrializados) e pela diminuição, nos dois últimos anos, da participação das importações de produtos industrializados (maior valor agregado).

As vendas externas regionais são compostas essencialmente de bens produzidos sob condições de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, que corresponderam a cerca de 80% do valor exportado pela Região em 2008, com maior crescimento da participação dos segmentos de média-baixa e baixa intensidade tecnológica entre 2002 e 2008. Sem dúvida, o resultado da Balança Comercial da Região tem sido sustentado, ao longo do tempo, pelos setores enquadrados nessas categorias. Em 2008, o saldo para a categoria classificada como baixa intensidade ficou em quase cinco bilhões de dólares e foi o único resultado positivo.

Os produtos exportados e classificados como de média-alta intensidade registrados nas exportações são aqueles oriundos essencialmente da indústria química e da indústria de máquinas e equipamentos elétricos, os quais foram vendidos, sobretudo, pelos estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas. (Tabela 10).

**Tabela 10 – Nordeste: Saldo da Balança Comercial segundo Intensidade Tecnológica (US\$1000)**

Anos	Intensidade Tecnológica				
	Alta	Média-Alta	Média-Baixa	Baixa	Sem Definição
2000	-4.409	-651.014	-936.145	750.112	-779
2001	-15.666	-1.322.577	-963.129	1.283.534	-591
2002	-20.586	-1.075.371	-357.741	1.409.195	-818
2003	-7.222	-498.237	152.485	2.095.450	-720
2004	-9.869	-465.397	308.335	2.619.216	-400
2005	-19.222	-213.025	772.368	3.587.227	-1811
2006	-23.197	-710.206	255.893	3.068.823	-1.558
2007	-24.295	-1.932.416	-300.176	3.379.700	-3.276
2008	-52.533	-3.132.784	-2.162.999	4.832.617	-2.812

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

**Tabela 11 – Nordeste: Exportações e Importações segundo Fator Agregado (2000-2008) (Participação)**

Anos	Exportações				Importações			
	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanuf. (A)	Manuf. (B)	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanuf. (A)	Manuf. (B)
2000	0,1866	0,8134	0,3698	0,4436	0,2278	0,7722	0,0277	0,7446
2001	0,1951	0,8049	0,3298	0,4751	0,1445	0,8555	0,0249	0,8305
2002	0,2059	0,7941	0,3037	0,4904	0,1598	0,8402	0,0287	0,8115
2003	0,2371	0,7629	0,2584	0,5045	0,1996	0,8004	0,0312	0,7692
2004	0,2533	0,7467	0,2439	0,4930	0,2566	0,7434	0,0294	0,7141
2005	0,2454	0,7546	0,2380	0,5166	0,1673	0,8327	0,0226	0,8101
2006	0,1797	0,8203	0,3040	0,5163	0,2016	0,7984	0,0199	0,7785
2007	0,1991	0,7874	0,3079	0,4795	0,1789	0,8211	0,0273	0,7938
2008	0,2233	0,7767	0,3467	0,4140	0,1698	0,8302	0,0363	0,7939

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

A qualificação da balança comercial externa regional também pode ser expressa através das transações de compra e venda pela ótica do fator agregado. A

partir de 2003, a participação das exportações de produtos básicos cresceu em detrimento dos produtos industrializados, os quais, por sua vez, registraram

maior peso, ainda que não de forma significativa, para os produtos manufaturados. As importações de básicos, que evidenciaram ganho de até 10 pontos percentuais em 2004 em relação a 2002, no ano seguinte, voltaram a patamares anteriores. Para os produtos industrializados, a parcela maior continuou sendo de manufaturados. Os produtos manufaturados foram fundamentalmente os responsáveis pelos movimentos ocorridos nas parcelas dos industrializados tanto na pauta exportadora quanto na importadora, onde o peso foi ainda mais significativo.

As vendas de produtos básicos, a partir de 2003, cresceram mais que proporcionalmente às de produtos manufaturados para a região Nordeste. Para o país, no que se refere ao fator agregado, a composição da pauta conserva a mesma proporcionalidade expressa nos anos imediatamente anteriores. (Tabela 11).

### 3.1 – O Comércio

Observando-se a participação das exportações dos estados no valor total para a região Nordeste, tinha-se, para o ano de 2008, a seguinte ordem: Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Sergipe. Grupos distintos podem ser evidenciados: o primeiro composto por aqueles cuja participação não ultrapassava 3%, que são Rio Grande do Norte

(2,2%), Paraíba (1,5%), Piauí (0,09%) e Sergipe (0,07%); o segundo grupo reúne os estados com participação de 5 a 10%: Alagoas (5,7%), Pernambuco (6,0%) e Ceará (8,3%); seguidos do Maranhão (18,1%) e, por último, sozinho, e muito distante dos outros, encontrava-se a Bahia, com participação de 56% do total das exportações regionais. Destaque-se aqui a troca de posição do Maranhão com o Ceará no decorrer da década.

A Bahia continuou dominando, nos anos 2000, as vendas e as compras do exterior na região Nordeste; no entanto, comparados aos do Brasil, esses índices não passavam, em 2008, de 5% do movimento nacional. Entre 2000 e 2008, a parcela desse Estado nas exportações regionais cresceu 17% e, nas importações, a parcela decresceu 12%.

A participação das importações estaduais nas importações regionais estava claramente associada ao comportamento das respectivas economias de cada unidade da federação. Estados economicamente menos dinâmicos sofreram quedas dessa parcela no período 2000-2003: Alagoas (17%) e Piauí (27%). Os dois já representavam pouco relativamente ao conjunto regional desde a década anterior e vêm reduzindo drasticamente suas compras do exterior relativamente aos outros estados.

**Tabela 12 – Participação das Exportações e Importações dos Estados no Nordeste**

Estados	2000		2003		2008	
	Xest/Xne	Mest/Mne	Xest/Xne	Mest/Mne	Xest/Xne	Mest/Mne
Alagoas	0,0557	0,0135	0,0591	0,0112	0,0568	0,0137
Bahia	0,4828	0,4693	0,5336	0,4466	0,5630	0,4138
Ceará	0,1230	0,1503	0,1246	0,1255	0,0826	0,0991
Maranhão	0,1884	0,1017	0,1211	0,1536	0,1836	0,2609
Paraíba	0,0193	0,0315	0,0276	0,0178	0,0147	0,0252
Pernambuco	0,0706	0,1960	0,0672	0,1849	0,0607	0,1565
Piauí	0,0157	0,0033	0,0096	0,0024	0,0089	0,0046
Rio Grande do Norte	0,0371	0,0147	0,0508	0,0391	0,0225	0,0132
Sergipe	0,0074	0,0198	0,0064	0,0226	0,0072	0,0129

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

Pernambuco e Ceará reduziram suas participações nas importações ano a ano; o primeiro decresceu no período e, em 2008, apresentou um valor 20% mais baixo que no início do período; o segundo registrou redução, em 2008, na ordem de 35% comparada a 2000.

Maranhão é, sem dúvida, o destaque nesse indicador de compras externas. Este Estado foi o único que evidenciou aumento relativo das importações no período; saiu de 10% no início para 26% no final. Na década anterior, o Maranhão já vinha tornando-se cada vez mais relevante nas importações regionais. (Tabela 12).

O comércio exterior da região Nordeste, no período 2003-2008, apresentou dinâmica muito mais forte em relação aos anos iniciais da série, sobretudo no que se refere às exportações. Nesses anos, as vendas regionais ao exterior, no triênio 2003-2005, incrementaram cerca de 30% ao ano, percentual muito acima do que vinha sendo registrado. As importações tomaram maior impulso a partir de 2004, quando cresceram em média 30% ao ano até 2008. Como resultado, o saldo da balança comercial negativo, desde 1996, torna-se positivo com trajetória ascendente a partir de 2003.

Informações para o ano de 2003 mostram saldos positivos para sete dos nove estados nordestinos e apenas Pernambuco e Sergipe ainda registraram saldos negativos. Neste ano, dentre aqueles com superávit comercial, o Estado da Bahia novamente se destacou pela geração de 60% de contribuição positiva, enquanto Pernambuco foi responsável por 87% da geração negativa do resultado. Em 2008, quatro estados apenas apresentaram saldo positivo na balança comercial, quais sejam, Alagoas, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte; os demais voltaram a registrar déficits.

Esses resultados quantitativos revelam, em uma primeira aproximação, que essa Região participou de maneira decisiva para a dinâmica recente das vendas nacionais, que, em 2005, registraram resultado jamais alcançado. Com efeito, a Região participou com 10% para o aumento das exportações brasileiras entre 2002 e 2005. No entanto, em 2006 e 2007, o crescimento das exportações foi menos proporcional que o das importações e o saldo da balança se retraiu ainda mais, comparativamente aos anos imediatamente anteriores; no último ano, o saldo volta a ser negativo. (Tabela 13).

**Tabela 13 – Nordeste: Saldo da Balança Comercial (2000-2008) (US\$1000)**

Anos	Exportações		Importações		Saldo (A) – (B)
	Valor (A)	var%	Valor (B)	var%	
2000	4.024.694	19,95	4.776.651	35,41	-751.957
2001	4.184.171	3,96	5.116.531	7,12	-932.360
2002	4.651.697	11,17	4.657.442	-8,97	-5.745
2003	6.107.494	31,30	4.308.221	-7,50	1.799.273
2004	8.036.413	31,58	5.503.692	27,15	2.532.720
2005	10.554.317	31,33	6.267.604	13,71	4.286.713
2006	11.620.770	10,10	8.899.240	41,07	2.721.530
2007	13.086.243	12,53	11.794.982	33,21	1.291.262
2008	15.451.505	18,07	15.723.976	33,52	-272.471

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

### 3.2 – Medindo o Grau de Abertura

Pela observação do grau de abertura ao comércio exterior dos estados nordestinos, comprova-se que a Região se reafirma, como tradicionalmente, nos anos 2000, bem menos aberta que o país como um todo. A participação do comércio mundial nordestino no PIB regional situava-se em torno de 60% do mesmo indicador para o Brasil em 2000 e, num processo de convergência, chega em 2006 a 74% do brasileiro. (Tabela 12). Constata-se, em 2008, forte variação do grau de abertura entre os estados (maior valor para o MA = 0,2886 e menor valor para o PI = 0,0139, com média para os estados = 0,1135 e desvio-padrão = 0,1060).

Nos anos de 2000 e 2006, Maranhão e Bahia registraram abertura bem superior à da Região como um todo. Deve-se salientar que, para o Estado do Maranhão, este resultado é explicado por uma participação de 9% no PIB regional em 2006, enquanto suas exportações representaram naquele ano 15% das exportações da Região. Destaque também deve ser feito para o Estado da Bahia, que participava com 31% do PIB regional, 58% das exportações e 50% das importações regionais. Esses dois estados tradicionalmente têm revelado caráter exportador

bem mais forte que os demais. Já no que se refere ao coeficiente de importação (m), a diferença entre os estados acentuou-se ainda mais nos anos 2000. Novamente, o Maranhão apresentava o maior coeficiente (0,1265) e o Piauí despontava, mais uma vez, como o Estado menos aberto ( $m = 0,0050$ , quando, em 2006, a média entre os estados era de 0,0438 com desvio-padrão de 0,0408, enquanto, em 1991, a média era de 0,0182 e desvio-padrão de 0,0134). O comportamento do coeficiente de importação para o Estado do Maranhão deveu-se à natureza do principal produto exportado pelo Estado, que requer alto nível relativo de importação, o que reforçou o elevado grau de abertura já exposto. (Tabela 14).

**Tabela 14 – Nordeste: Coeficiente de Importação e Grau de Abertura dos Estados**

Estados	2000		2006	
	M	GA	M	GA
Alagoas	0,0166	0,0753	0,0165	0,1224
Bahia	0,0789	0,1595	0,1002	0,2799
Ceará	0,0594	0,1067	0,0539	0,1069
Maranhão	0,0881	0,2474	0,1265	0,2886
Paraíba	0,0289	0,0451	0,0200	0,0456
Pernambuco	0,0557	0,0768	0,0425	0,0782
Piauí	0,0054	0,0272	0,0050	0,0139
Rio G. do Norte	0,0137	0,0433	0,0150	0,0587
Sergipe	0,0283	0,0384	0,0147	0,0275
Nordeste	0,0574	0,1120	0,0643	0,1584
Brasil	0,0848	0,1843	0,0786	0,2135

**Fonte:** Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009) e IBGE (2009).

PIB em US\$ calculado pela taxa de câmbio média do período.

Último dado disponível é para o ano de 2006.

### 3.3 – A Taxa de Cobertura das Importações

Quanto à taxa simples de cobertura das importações nordestinas ao longo do período (2000-

2008), observa-se um incremento de 70% em 2003, explicitando um aumento das exportações além do observado para as importações, para se reduzir em 2008 com o impulso das compras externas observado nos últimos anos. Vale ainda ressaltar que a taxa de cobertura regional das importações relativa ao Brasil decresceu 16%, saindo de um valor maior que a unidade até o ano de 1997 para 0,94 em 2003, reduzindo-se ainda mais em 2008. Ao longo da década, os estados mostraram comportamentos variados e oscilantes desse indicador, sendo que, no final do período, a maioria apresentou redução entre 2003 e 2008. (Tabela 15)

**Tabela 15 – Nordeste: Taxa Simples de Cobertura das Importações**

Estados	2000	2003	2008
Alagoas	3,47	7,49	4,06
Bahia	0,86	1,69	1,34
Ceará	0,69	1,41	0,82
Maranhão	1,56	1,12	0,69
Paraíba	0,52	2,77	0,57
Pernambuco	0,30	0,52	0,38
Piauí	3,98	5,70	1,91
Rio G. Norte	2,12	1,84	1,68
Sergipe	0,31	0,39	0,55
Nordeste	0,84	1,42	0,98

**Fonte:** Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

Ao se examinar a Taxa de Cobertura das Importações relativa ao Nordeste, verifica-se que alguns estados mostraram ganhos positivos significativos quando comparados aos dados regionais entre 2000 e 2003, acompanhando a trajetória regional relativa ao país, e reduziram em seguida, quando as compras estaduais cresceram em ritmo mais acelerado que as vendas comparativamente à Região. Bahia, Pernambuco e Sergipe seguraram, em certa medida, os valores iniciais.

**Tabela 16 – Nordeste: *Market Share* e Taxas de Cobertura dos Estados**

Estados	MS			TCM		
	2000	2003	2008	2000	2003	2008
Alagoas	0,0328	0,0393	0,0351	4,1179	5,2650	4,1337
Bahia	0,4754	0,4976	0,4877	1,0287	1,1946	1,3604
Ceará	0,1378	0,1250	0,0910	0,8185	0,9926	0,8338
Maranhão	0,1413	0,1346	0,2226	1,8532	0,7886	0,7035
Paraíba	0,0259	0,0220	0,0200	0,6128	1,9572	0,5847
Pernambuco	0,1386	0,1159	0,1090	0,3600	0,3637	0,3877
Piauí	0,0090	0,0066	0,0067	4,7240	4,0207	1,9437
Rio Grande do Norte	0,0249	0,0460	0,0178	2,5264	1,2992	1,7095
Sergipe	0,0141	0,0131	0,0101	0,3741	0,2818	0,5591
Nordeste	0,0793	0,0858	0,0840	0,8541	0,9361	0,8598

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

### 3.4 – Participação do Comércio Mundial

Como consequência do comportamento dos indicadores acima, a participação do comércio mundial nordestino no comércio mundial brasileiro (MS) permaneceu estável, em torno de 8%, durante todo o período analisado. Obviamente, o Estado da Bahia detinha a maior participação no comércio mundial da Região seguido do Maranhão, Pernambuco e Ceará. As taxas de cobertura relativa à região Nordeste continuaram maiores que a unidade nos anos 2000 para os estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí, apesar de certa instabilidade no decorrer da década. O Maranhão, que vinha apresentando crescimento desse indicador no decênio anterior, reduz a menos da metade entre 2000 e 2008; as importações desse Estado cresceram muito mais proporcionalmente que as regionais.

### 3.5 – O Desempenho Revelado pelo Comércio: a força dos destinos

O crescimento das exportações nordestinas, nos últimos anos, foi registrado na maioria dos setores. Esses setores estavam entre os mais representativos na pauta regional. Ressaltam-se seis que tiveram incrementos significativos de suas participações nos últimos sete anos: sementes e frutos oleaginosos,

grãos, sementes etc. (cresceu 180% a participação de suas vendas ao exterior entre 2002 e 2008); pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc. (140%); cobre e suas obras (80%); veículos, automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios (60%); ferro fundido, ferro e aço (50%) e, por fim, o setor de minérios escórias e cinzas que saiu de participação insignificante em 2002 e atingiu 4% em 2008, mais de 100 vezes aquela registrada em 2002.

Do conjunto dos setores que compunham 90% do valor total da pauta exportadora regional em 2008, dois dos que registraram redução de suas parcelas nas vendas regionais nos anos 2000 podem ser destacados, tendo em conta que eram setores tradicionais na pauta das vendas regionais: alumínio e suas obras (4%) e peixes (1%). Estes setores já vinham registrando trajetória descendente na parcela relativa desde a década precedente.

Setorialmente, as vendas externas nordestinas ainda continuam bastante concentradas nos anos 2000. Essa concentração pode ser corroborada através do indicador que evidencia a participação dos setores no conjunto da pauta regional: vinte e três setores correspondiam a 90% do valor total da pauta exportadora nordestina para o ano de 2008. Neste

ano, apenas sete setores responderam por 50% das vendas; foram eles: combustíveis minerais, óleos minerais etc., ceras minerais; pastas de Madeira ou matérias fibrosas celulósicas; ferro fundido, ferro e aço; produtos químicos orgânicos; açúcares e produtos de confeitaria; sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc.; e, cobre e suas obras. O segundo, terceiro, sexto e sétimo, em 2002, passaram a ter participações nas vendas externas regionais bem menores que em 2008. Constatam-se várias mudanças de posições relativas dos setores entre 2002 e 2008. Este fato está associado, sem dúvida, à expansão

da demanda chinesa ocorrida no período, à medida que cinco dos principais setores citados acima correspondem a mais de 90% das compras efetuadas pela China na região Nordeste. Os estados da Bahia e do Maranhão têm-se beneficiado da expansão do comércio com esse país e do aumento de preços dos produtos desses setores no mercado mundial em 2007 e primeira metade de 2008, tendo em vista serem os principais exportadores desses setores. (Tabela 17).

O crescimento do valor das exportações nordestinas em 2008 foi influenciado pelo aumento dos preços das *commodities* até a primeira metade do ano,

**Tabela 17 – Nordeste (2002-2008): Principais Setores Exportadores de 2008 (Participação)**

NCM	Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
27	Combustíveis Minerais, Óleos Minerais etc., Ceras Minerais	0,0964	0,1164	0,1052	0,1436	0,0980	0,0773	0,0892
47	Pastas de Madeira ou Matérias Fibrosas Celulósicas etc.	0,0369	0,0324	0,0266	0,0345	0,0541	0,0596	0,0883
72	Ferro Fundido, Ferro e Aço	0,0484	0,0445	0,0641	0,0657	0,0568	0,0564	0,0726
29	Produtos Químicos Orgânicos	0,1114	0,1022	0,0902	0,0788	0,0801	0,0906	0,0678
17	Açúcares e Produtos de Confeitaria	0,0782	0,0663	0,0606	0,0600	0,0675	0,0524	0,0627
12	Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, Sementes etc.	0,0221	0,0249	0,0395	0,0372	0,0292	0,0338	0,0607
74	Cobre e Suas Obras	0,0321	0,0198	0,0280	0,0348	0,0717	0,0713	0,0578
8	Frutas, Cascas de Cítricos e de Melões	0,0542	0,0609	0,0501	0,0479	0,0470	0,0537	0,0468
26	Minérios, Escórias e Cinzas	0,0004	0,0113	0,0293	0,0334	0,0222	0,0355	0,0444
76	Alumínio e Suas Obras	0,0767	0,0557	0,0480	0,0350	0,0528	0,0557	0,0443
87	Veículos Automóveis, Tratores etc., suas Partes/ Acessórios	0,0265	0,0666	0,0808	0,0843	0,0803	0,0591	0,0431
64	Calçados, Polainas e Artefatos Semelhantes e suas Partes	0,0330	0,0381	0,0352	0,0289	0,0308	0,0349	0,0351
39	Plásticos e Suas Obras	0,0250	0,0273	0,0284	0,0324	0,0352	0,0360	0,0205
23	Resíduos e Desperdícios das Indústrias Alimentares etc.	0,0215	0,0214	0,0275	0,0194	0,0136	0,0166	0,0196
41	Peles, Exceto a Peletería (Peles com Pêlo), e Couros	0,0274	0,0257	0,0248	0,0192	0,0209	0,0211	0,0196
40	Borracha e Suas Obras	0,0014	0,0031	0,0038	0,0093	0,0119	0,0226	0,0190
52	Algodão	0,0235	0,0284	0,0272	0,0240	0,0231	0,0224	0,0182
18	Cacau e Suas Preparações	0,0291	0,0350	0,0243	0,0214	0,0182	0,0172	0,0170
99	Transações Especiais	0,0126	0,0094	0,0099	0,0122	0,0113	0,0135	0,0159
22	Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres	0,0105	0,0112	0,0161	0,0164	0,0166	0,0163	0,0157
71	Pérolas Naturais ou Cultivadas, Pedras Preciosas etc.	0,0160	0,0102	0,0084	0,0094	0,0148	0,0120	0,0142
28	Produtos Químicos Inorgânicos etc.	0,0173	0,0146	0,0160	0,0159	0,0161	0,0136	0,0139
48	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose, de Papel etc.	0,0125	0,0110	0,0087	0,0073	0,0078	0,0093	0,0092
3	Peixes e Crustáceos, Moluscos e outros Inverteb. Aquáticos	0,0533	0,0502	0,0370	0,0250	0,0188	0,0131	0,0092
	Total	0,8664	0,8869	0,8897	0,8962	0,8986	0,8939	0,9050

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

tal qual ocorreu nos dois anos anteriores. O aumento do preço do petróleo puxou fortemente o crescimento das exportações de combustíveis realizadas pela Bahia. Os preços das *commodities*, como a soja, sofreram elevação até a metade do ano com a especulação dos preços nos mercados futuros. O destino das vendas de maior destaque nesse ano foi a Ásia, notadamente a China. (IEDI, 2009).

O comportamento favorável dos mercados internacionais, de novo a China, impulsionou, sem dúvida, as vendas nos segmentos próximos à agropecuária e à extração mineral, tão importantes na pauta regional.

Nesse contexto, as trocas comerciais da região Nordeste com a China também tomaram impulso no período recente e são responsáveis por grande parte do crescimento da corrente de comércio regional com o mundo. De fato, a partir de 2003, as vendas externas nordestinas para a China cresceram, em média, 68% ao ano e as compras registraram crescimento médio anual de 64%. A participação desse destino no comércio externo nordestino vem aumentando ano após ano com importância cada vez maior dessas transações para dinâmica das trocas externas da Região. (Tabela 18).

Em 2008, a participação tanto das vendas como das compras externas nordestinas transacionadas com a China foi quatro a cinco vezes maior, respectivamente, comparada àquela registrada em

2002. Dessa maneira, a China passou a ocupar, em 2008, a quarta posição no *ranking* dos principais compradores da Região em trajetória ascendente, chegando a representar 7% do valor total das vendas ao exterior no último ano.

A região Nordeste respondeu, em 2008, por 9% das vendas externas realizadas pelo Brasil para esse destino, parcela próxima daquela registrada para as vendas externas totais regionais (8%). Constatou-se forte concentração em dois estados, ou seja, Bahia e Maranhão que responderam, em 2008, por 94% do valor total das exportações do Nordeste para a China. Vale ressaltar que estes estados são importantes produtores de *commodities*, setores com forte expansão da demanda chinesa nos últimos anos. Por seu lado, as compras oriundas da China estavam concentradas em quatro estados (Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba), que responderam por 89% do valor total das importações de produtos chineses pelo Nordeste. Na Região, os três primeiros foram os que apresentaram economias mais dinâmicas na produção e no consumo o que justifica essa participação.

No ano de 2008, vinte e três setores eram responsáveis por 89% das exportações nordestinas – uma pauta concentrada. A forte especialidade dos estados fica visível, assim como o domínio do comércio exterior na Região. A Bahia é o principal Estado exportador de doze destes setores e, em onze, responde por mais de 70% do total exportado pelos estados

**Tabela 18 – Nordeste: Participação da China no Comércio Internacional (US\$) (2002-2008)**

Anos	Exportações	Importações	Saldo	XNeChi/XNeMun(%)	MNeChi/MNeMun(%)
2002	78.888.572	75.701.235	3.187.337	1,69	1,62
2003	139.035.153	101.213.315	37.821.838	2,27	2,34
2004	207.147.366	208.126.039	-978.673	2,58	3,78
2005	482.866.522	287.363.579	195.502.943	4,57	4,56
2006	590.995.577	485.534.113	105.461.464	5,08	5,48
2007	937.624.381	860.049.389	77.574.992	7,16	7,29
2008	1.138.003.276	1.351.112.791	-213.109.515	7,36	8,59

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

nordestinos, além de ser o único Estado do Nordeste a exportar pastas de madeira, cobre e cacau. A seguir, o Maranhão, principal exportador de quatro destes setores principais, é praticamente o único que exporta minérios (97%) e alumínio (97%). Os demais estados que se destacam dentro da Região expõem suas políticas e, novamente, suas especificidades locais. Ceará e Rio Grande do Norte são responsáveis pela exportação do setor de peixes e crustáceos, que apresenta um forte declínio na década pela retração violenta da venda de lagostas. O Ceará ainda desponta nos setores de calçados e peles e couros, resultado da política de anos anteriores baseada essencialmente na atração de investimentos. Pernambuco se reafirma como principal exportador de frutas e Alagoas, de açúcares. (Tabela 19).

Vale observar a pouca ou quase nenhuma mudança nos limites fortes para a inserção internacional da economia nordestina neste período. Dada a pequena importância do seu comércio externo, aliada ao fraco dinamismo da região, qualquer política ou ação de parceiros afeta fortemente a posição dos setores na ordenação dos principais. Os limites são sempre postos por fatores além da Região. Pode-se observar, por exemplo, que a demanda chinesa, impulsionada por fortes taxas de crescimento daquele país, torna-o principal destino e é exatamente essa demanda que faz com que o setor de pastas de madeira venha a ser o segundo setor em exportação no ano de 2008. O domínio americano como principal destino dos principais produtos de exportação deixa também o Nordeste, muito mais que o Brasil, pesadamente dependente do movimento da demanda mundial. Isso, aliado à fragilidade de sua economia e às características de sua competitividade, pode vir a desencorajar, em grau bem maior, um provável estímulo em épocas de aumento da demanda mundial, se este estímulo não se mostrar verdadeiramente sólido pelas expectativas; isto é, o poder da demanda pode-se reverter no contrário, tendo em vista as experiências recentes de prováveis frustrações.

Ao se tratar dos países da América Latina, apenas a Argentina se mostra como principal destino dos setores exportadores mais importantes da pauta do Nordeste. Este país divide com Venezuela e México as compras de veículos exportados pela Bahia. Observa-se aqui,

também, que este fato é fruto da política de incentivo baiana ao atrair a Ford para o Estado por via da guerra fiscal. Em épocas de crescimento e otimismo, a implementação deste tipo de política se torna bem mais viável; no entanto, pode não se sustentar em épocas de recessão e retração da demanda. Neste momento, o reforço federal com a redução do IPI aparece como medida compensatória dos efeitos maléficos da crise.

De um modo geral, a “dança” na posição dos setores é visível. E a força dos destinos é facilmente detectada ao se perceber que o setor de minérios ocupava, na pauta de 2002, a 58ª posição na pauta exportadora regional, vindo, em 2008, para a nona! Os demais, com exceção de bebidas, já se configuram entre os 23 principais de 2002. Deve-se lembrar que a China comprou, em 2008, 43% do valor total do que foi exportado pela Região do setor de minérios, expedido para esse país quase que exclusivamente pelo Estado do Maranhão (97%)

#### **4 – CENÁRIO ATUAL E PERSPECTIVAS: A CRISE INTERNACIONAL, O REBATIMENTO NO COMÉRCIO REGIONAL E ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS**

No último trimestre de 2008, o comércio exterior brasileiro começou a dar sinais de reflexo do aprofundamento da crise financeira internacional. Houve retração nas vendas, nas compras e no saldo da balança comercial. A análise mais comum é de que

os efeitos negativos sobre as exportações causados pela redução dos preços das commodities e menor demanda externa se sobrepuseram aos possíveis efeitos positivos da desvalorização da moeda nacional. Ao passo que no caso das compras externas a combinação de desvalorização e queda de preços e da demanda interna por bens engendrou a diminuição relativa das importações no último trimestre. (IEDI, 2009, p. 25).

De fato, as vendas externas nesse período corresponderam ao pior resultado desde 2003, as compras, de seu lado, aumentaram em relação ao último trimestre de 2007 e o saldo recuou aos níveis de 2002.

Os resultados do comércio exterior brasileiro no último trimestre de 2008 foram piores do que os obtidos ao longo do ano. A concentração do saldo

**Tabela 19 – Nordeste: Movimento dos Principais Setores Exportadores**

NCMI	Setores	2002	Rank2002	2008	Princ.est.exp	%	Princ.destino	%	Destinos da América Latina
27	Combustíveis minerais, óleos minerais etc. ceras minerais	0,0964	2º	0,0892	BA	98,4	EUA	34,9	Argentina
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc.	0,0369	8º	0,0883	BA	100,0	China	26,7	
72	Ferro fundido, ferro e aço	0,0484	7º	0,0726	MA	73,2	EUA	39,1	México/Chile
29	Produtos químicos orgânicos	0,1114	1º	0,0678	BA	97,2	EUA	39,1	Argentina
17	Açúcares e produtos de confeitaria	0,0782	3º	0,0627	AL	65,0	Rússia	33,7	Venezuela
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc.	0,0221	16º	0,0607	BA/MA	48,0/45,0	Alemanha/China	36,4/45,0	
74	Cobre e suas obras	0,0321	10º	0,0578	BA	100,0	Holanda	29,2	Argentina
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões	0,0542	5º	0,0468	PE	65,1	Holanda	41,6	
26	Minérios, escórias e cinzas	0,0004	58º	0,0444	MA	96,7	China	42,6	
76	Alumínio e suas obras	0,0767	4º	0,0443	MA	96,9	Holanda	39,1	México/Uruguai/Peru
87	Veículos automóveis, tratores etc., suas partes/ acessórios	0,0265	13º	0,0431	BA	93,1	Argentina	47,8	México/Venezuela
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	0,0330	9º	0,0351	CE	64,0	Reino Unido	22,0	Argentina/México/Venezuela
39	Plásticos e suas obras	0,0250	14º	0,0205	BA	67,7	Argentina	36,8	
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares etc.	0,0215	17º	0,0196	BA	88,5	Alemanha	37,7	
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	0,0274	12º	0,0196	CE	61,8	Itália	41,4	México/Colômbia
40	Borracha e suas obras	0,0014	13º	0,0190	BA	77,6	EUA	57,0	México/Venezuela/Argentina
52	Algodão	0,0235	15º	0,0182	BA	60,5	Coreia do Sul	18,7	Argentina
18	Cacau e suas preparações	0,0291	11º	0,0170	BA	100,0	Argentina	37,1	Chile/México
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0,0105	24º	0,0157	AL	77,0	Holanda	34,3	
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas etc.	0,0160	19º	0,0142	BA	99,9	EUA	55,4	
28	Produtos químicos inorgânicos etc.	0,0173	18º	0,0139	MA	84,7	Argentina	43,9	
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel etc.	0,0125	21º	0,0092	BA	96,8	EUA	26,4	Peru/Colômbia
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	0,0533	6º	0,0092	CE/RN	33,9/33,3	EUA/França	57,5/44,3	
	<b>Total</b>	<b>0,8538</b>		<b>0,8891</b>					

Fonte: Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

comercial e das exportações em setores pouco ou não-industrializados, com baixa agregação de valor e baixo conteúdo tecnológico, traduz-se em risco não só para o comércio externo como também para a estrutura industrial do país. A crise financeira intensificou a redução do saldo comercial, cujo processo teve início em 2007, lembrando também que este fato é corroborado pela ausência de política que fomentasse a exportação de produtos industrializados. Nesse sentido, no contexto de incertezas e retração da demanda, há necessidade de políticas que incluam taxas de câmbio competitivas, políticas industriais e de incentivo à inovação, assim como geração de condições sistêmicas favoráveis às transações externas. (IEDI, 2009).

Na região Nordeste, os impactos da crise não foram diferentes e, no último trimestre de 2008, o comércio externo regional já mostra os primeiros sinais de reação. As vendas externas se reduziram mês a mês, se comparadas com o mesmo período do ano anterior. Nesse período, a maioria dos setores ainda se beneficiava da expansão da demanda e da desvalorização do real compensando a queda dos preços. No trimestre seguinte, em 2009, a retração das exportações foi ainda mais forte relativamente ao equivalente período de 2008. Nesse momento, setorialmente, o movimento se deu essencialmente pelo encolhimento de grande parte dos principais segmentos exportadores, o que exprime nitidamente a retração da demanda dos principais parceiros. Outros poucos setores tiveram acrescidas quantidades exportadas e o valor total na mesma comparação do período, como sementes e frutos oleaginosas (no caso a soja), cuja expansão da demanda mundial, apesar da queda dos preços internacionais, mais que compensou os impactos negativos de outras variáveis. (Tabelas 20 e 21).

Assim, após o aparente e inexplicável “susto” da crise mundial, já se pode detectar algumas das previstas reações sobre o já pequeno comércio exterior nordestino. Para tal, reproduz-se o movimento recente das exportações para comparação, inicialmente, do último trimestre de 2008 (out/nov/dez) com o mesmo período do ano anterior (2007) e, em seguida, uma outra que mostra o comportamento do primeiro trimestre (jan/fev/mar) de 2009, comparado ao mesmo período do ano passado (2008).

**Tabela 20 – Nordeste: Variação das Exportações (2009/2008 e 2008/2007)**

	1º tri 2009/1º tri 2008			4º tri 2008/4º tri 2007	
	Brasil	Nordeste		Brasil	Nordeste
jan	0,7368	0,6858	out	1,1741	1,2104
fev	0,7489	0,7992	nov	1,0499	1,1051
mar	0,9363	0,8370	dez	0,9709	1,0093

**Fonte:** Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

Para a Região como um todo, inicialmente, a reação foi bem menor que a ocorrida para o Brasil. Obviamente, isso se deve às características dos produtos exportados pelos estados nordestinos e o forte peso dos produtos básicos na pauta ainda relativamente maior que para o país. A comparação com o início do ano indica uma queda permanente já com alguma recuperação para o mês de março e, novamente, com uma reação nordestina bem menor. O impacto inicial também exprime a importância das exportações de combustíveis e sua reação negativa à queda do preço do petróleo. O grau de exposição da pauta exportadora nordestina pode ser claramente apreendido, ao se olhar a forte especialização, em nível estadual, de setores e de destinos. Os sete principais setores respondem por 50% da pauta nordestina e, com exceção de apenas um deles (Açúcares), a Bahia ou é o principal estado ou o único exportador, tendo EUA e China como principais destinos!

Como já afirmado, as pautas de exportação dos estados nordestinos revelam simplesmente suas especificidades, sejam estas “naturais” (recursos naturais), consequências de sua própria pobreza (mão-de-obra barata) ou criadas por via de política pública (atração de empresas). Sendo assim, qualquer estímulo oriundo, seja de preço internacional, de demanda ou de incentivo fiscal, que venha a alavancar as vendas para o setor externo resulta forçosamente em uma mudança de importância dos setores ou mesmo em uma queda da concentração. Esse resultado sempre revela a fragilidade de nações (ou estados) pobres,

**Tabela 21 – Nordeste: Variação das Exportações dos Principais Setores de 2008 (%)**

NCM	Setores	Δ(jan-mar)08/09		Δ(out-dez)07/08	
		Quant(Kg)	US\$	Quant (Kg)	US\$
27	Combustíveis minerais, óleos minerais etc., ceras minerais	-49,66	-75,69	-64,65	16,65
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc.	31,94	14,10	22,48	41,17
72	Ferro fundido, ferro e aço	1,00	44,57	-2,77	76,92
29	Produtos químicos orgânicos	-17,57	-48,19	-5,97	-25,77
17	Açúcares e produtos de confeitaria	-18,49	-0,13	45,82	73,94
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos etc.	547,34	405,22	33,86	89,73
74	Cobre e suas obras	-1,15	-55,55	124,94	48,22
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões	-0,22	14,49	24,03	19,64
26	Minérios, escórias e cinzas	-66,82	-34,40	-31,01	48,78
76	Alumínio e suas obras	54,53	-10,94	35,02	18,25
87	Veículos automóveis, tratores etc., suas partes/ acessórios	-58,31	-56,47	-39,13	-34,36
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	-18,55	-5,46	5,14	16,49
39	Plásticos e suas obras	47,86	-8,03	-60,13	-56,71
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares etc.	181,77	159,51	118,93	187,74
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	-30,89	-53,43	-25,61	-28,90
40	Borracha e suas obras	-22,00	-31,49	-24,00	16,52
52	Algodão	118,19	126,28	7,41	25,73
18	Cacau e suas preparações	-29,52	-16,59	-24,00	16,52
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	-27,87	-13,46	1,32	40,61
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas etc.	-23,29	-24,23	-15,17	47,77
28	Produtos químicos inorgânicos etc.	-43,13	-62,50	46,51	40,08
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel etc.	-13,60	-21,68	-10,96	-2,70
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	-18,54	-40,51	-1,92	-19,17
	<b>Total</b>	<b>-26,16</b>	<b>-24,77</b>	<b>-5,86</b>	<b>23,02</b>

**Fonte:** Elaboração Própria das Autoras Baseada nos Dados de Brasil (2009).

pouco competitivas internacionalmente. Dessa maneira a demanda chinesa mudou o cenário do setor exportador da região nos últimos anos e é também por isso que o comportamento da economia americana é tão determinante para o dinamismo do setor exportador da região. Esse comportamento com fortes oscilações é uma característica das exportações do Nordeste para quase todos os grandes períodos: é assim que anos de fortes crescimentos podem ser sucedidos por pequenos aumentos ou declínios das vendas ao exterior.

Interessante observar o grau de fragilidade do Nordeste no que diz respeito ao seu comércio exterior. Essa fragilidade praticamente impossibilita a descrição

de prováveis cenários. Pode-se ilustrar com algumas conclusões de estudos bem recentes. As razões para o baixo dinamismo são claramente diagnosticadas e as sugestões de políticas quase sempre objetivam reverter as limitações apontadas. Algumas tratando do grau de concentração – fator forte de fragilidade da pauta (como diversificar a pauta? Como conquistar novos destinos?); outras, da reação do Nordeste diante da política nacional de determinação de variáveis (como taxa de juros e de câmbio) que estabelecem, inclusive, as condições de financiamento; parte sugerindo a articulação dos diversos atores, agentes públicos e privados para ações de melhoria da competitividade;

mas, o mais importante, seria ainda a coordenação de políticas regionais que possibilitassem aos estados a articulação necessária, evitando as guerras consubstanciadas nas atrações de investimento que, no final, resultam em mais fragilidades.

Não se pode esquecer que o processo de abertura já ocorrido impôs decisões estratégicas de sobrevivência de setores expostos à concorrência internacional. E também se sabe que o referido processo se deu praticamente sem quaisquer articulações nacionais que, de alguma forma, permitissem alguma proteção da estrutura produtiva, o que impôs um processo de reestruturação aberto num movimento do “salve-se quem puder” do momento globalizado. Como consequência, as atividades produtivas passaram por um movimento forte de realocação quase inevitável, ainda incompleto e agora exposto aos efeitos da crise, da recessão técnica, da falta de crescimento.

A partir das especificidades locais desenhadas pela natureza, pela pobreza ou por políticas de desenvolvimento decorrentes de planejamentos bem anteriores (polo da Bahia, por exemplo), tudo leva a crer que as mudanças mais recentes respondem sempre a adaptações, sejam estimuladas por políticas de atração de empresas num rearranjo das próprias especificidades, sejam por reações aos movimentos das variáveis macroeconômicas ou pelo aquecimento da demanda trazendo novos destinos, que reforçam as velhas e tradicionais vantagens comparativas de uma Região formada por estados pouco dinâmicos.

Desse modo, as sugestões ainda são as mesmas, ou seja: tornar as economias estaduais mais competitivas; câmbio “adequado” às exportações; ampliar e modernizar a infraestrutura; criar novos instrumentos de políticas nos vários níveis, tecnológico e comercial de vasto espectro; avançar nas áreas sociais determinantes da competitividade no longo prazo pelas condições de educação e saúde etc. Mas, como implementá-las? Sem articulações de políticas públicas realmente reestrurantes, impossível.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to present a review of the shift of Brazilian Northeast foreign trade economy

from 1991 to 2008. This period will be divided in two phases: the beginning of the open economy of 1990, and a second period starting in 2000. The periodization adopted allows the comparison of two decades and the capture of the difficult and time-consuming integration of the Northeast after the opening of the Brazilian economy, its effectiveness and main consequences. The results support that in year 2000 the region is still somewhat opened to foreign trade and sales remain concentrated into traditional sectors that are intensive in natural resources, in energy and low technological input. Quantitative changes had occurred on export frame and in comparative positions among sectors, a consequence of the demand behavior of trade partners as the US and China. Exports from the Region simply show their specificities in natural resources and cheap labor, or have been generated through public policies, though any encouragement coming from international pricing, demand or incentive programs that will boost sales to the foreign sector will necessarily follow a change in the importance of the sectors or even a decrease in concentration.

## KEY WORDS:

Foreign Trade. Brazil. Northeast Region.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FIIHO, J.; MELO, M. C. P.; FAURE, Y. Une région périphérique dans un pays émergent: le cas du Nord-est brésilien. In: L'EMERGENCE: DES TRAJECTOIRES AUX CONCEPTS, 2008, Bordeaux. **Annales...** Bordeaux: Université Montesquieu Bordeaux IV, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Aliceweb 2009**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

FONSECA, R. G.; MARCONINI, M. Desempenho e política comercial. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 87, p. 4-9, abr./jun. 2006.

FONTENELE, A. M.; MELO, M. C. P. **Competitividade e potencial de expansão dos setores exportadores dos Estados Nordestinos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desempenho externo recente da Região Nordeste do Brasil:** uma avaliação da competitividade e potencialidades de expansão dos setores exportadores estaduais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Nordeste do Brasil: uma análise sob a ótica do dinamismo da demanda mundial e especificidades da pauta regional. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 42-45, jan./mar. 2003.

FONTENELE, A. M.; MELO, M. C.P; DANTAS, A. L. A. Inserção internacional da Região Nordeste do Brasil: reações às políticas de incentivos e transformações recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 366-387, jul./set. 2001.

FUNCEX. O Brasil e a crise internacional. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 97, p. 42-55, out./dez. 2008.

GALVÃO, O. 45 anos de comércio exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 4-31, jan./mar. 2007.

IBGE. **Contas regionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2009.

IEDI. **Os resultados de 2008 e os primeiros impactos da crise sobre o comércio exterior brasileiro**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

MELO, M. C. P. Acompanhou a Região Nordeste a dinâmica recente do comércio exterior brasileiro?. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS, 4., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABER, 2006.

\_\_\_\_\_. Empresas incentivadas e o perfil exportador do Estado do Ceará em um ambiente globalizado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORDESTE BRASILEIRO E A BAIXA CALIFÓRNIA (MÉXICO), 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2008.

\_\_\_\_\_. Inserção internacional da Região Nordeste e a dinâmica do comércio exterior brasileiro nos anos

recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 583-601, out./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Intensidade tecnológica e comércio externo da Região Nordeste: uma qualificação das pautas estaduais no período recente. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 10., 2007, Recife. **Anais...** Recife, 2007.

MELO, M. C. P.; MOREIRA, C. A. L.; VELOSO, A. W. **Relações comerciais China-Região Nordeste do Brasil:** uma qualificação do movimento no período 2002-2008: relatório de pesquisa. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

OCDE. **Science, technology and industry scoreboard 2001:** towards a knowledge-based economy. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 3 maio 2009.

RIBEIRO, J. F. Desempenho recente do comércio exterior brasileiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 87, p. 10-15, abr./jun. 2006.

---

Recebida para publicação em: 20.10.2009

